

## O SUBPROJETO DE HISTÓRIA (UFT/PORTO NACIONAL) NA ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL IRMÃ ASPÁSIA

Celiny Izabel Araújo Serpa <sup>1</sup>  
Larissa de Oliveira Nogueira <sup>2</sup>  
Alexandre da Silva Borges <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa apresentar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto de História (UFT), durante o primeiro semestre de 2025, na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Irmã Aspásia, em Porto Nacional–TO. As atividades têm como tripé temático a Educação Patrimonial, a realidade das escolas e as temáticas emergentes propostas pela CAPES, articulando teoria e prática no ensino de História. Com essa prerrogativa, o Subprojeto de História visa ter como ponto central a própria questão regional, contemplando os grupos locais, como os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) do Tocantins. Essa representatividade advém do próprio Pibid, o qual conta com bolsistas indígenas (de etnias Xerente e Karajá), bem como quilombolas. No que tange a prática na escola campo, foram realizados diagnósticos das turmas do 6º e 9º anos, optando-se pelo trabalho com o 9º ano. As ações incluíram oficinas sobre “Tipos de Patrimônio”, “Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena” e a aplicação de um jogo educativo sobre povos quilombolas do Tocantins. Para além disso, há previsão de participação no Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional - atividade de extensão da UFT que promove passeios pelo centro histórico da cidade, visando fortalecer a educação patrimonial e a valorização da memória local. O planejamento das atividades envolveu pesquisa bibliográfica na biblioteca escolar e elaboração de materiais didáticos. Tais medidas possibilitam a aplicabilidade de ações afirmativas e leis importantes, como a 10.639/03 e a 11.645/08, e reverberam o comprometimento de uma formação sólida e crítica no âmbito das licenciaturas, promovendo um ensino mais democrático e participativo. O Subprojeto, em andamento, não apresenta necessariamente resultados, mas seu curso aponta para discussões pertinentes, potencialidades, desafios e um panorama da realidade acadêmica e escolar da região norte.

**Palavras-chave:** Pibid, História, Educação Patrimonial, Porto Nacional–TO, Povos e Comunidades Tradicionais.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar o relato de experiência das atividades realizadas pelo Subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

1 Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT) - TO, [celiny.serpa@mail.uft.edu.br](mailto:celiny.serpa@mail.uft.edu.br);

2 Graduada pelo Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT) - TO, [larissa.oliveira1@mail.uft.edu.br](mailto:larissa.oliveira1@mail.uft.edu.br);

3 Professor orientador: Doutor e Mestre em Educação (UFPel) e Graduado em História (FURG). Docente do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – TO. E-mail: [prof.alexandreborges@uft.edu.br](mailto:prof.alexandreborges@uft.edu.br)



desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Porto Nacional, tendo como parceira a Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Irmã Aspásia<sup>4</sup>.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2024, a referida unidade escolar foi criada oficialmente em 1981, por meio da Lei nº 8480 resolução nº 909 de 19/01/1978, e se encontra situada no centro de Porto Nacional, atendendo atualmente alunos entre 11 a 18 anos, que apresentam diferentes perfis e necessidades. A escola oferece as modalidades regulares de ensino Fundamental II, no turno vespertino, e Ensino Médio, no matutino. Até o momento, desenvolvemos atividades com a turma do 9º ano do ensino fundamental, e do 1º ano do ensino médio.

O subprojeto de História está sendo desenvolvido sob uma lógica de trabalho que envolve três eixos estruturantes: a) educação patrimonial; b) a realidade das escolas; c) as temáticas emergentes propostas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>5</sup>.

No que tange a Educação Patrimonial e o Patrimônio Cultural, consideramos um meio para que debates importantes acerca da cultura local e regional possam ser levados à escola. Nesse sentido, entendemos a educação patrimonial como metodologia e como instrumento pedagógico, reflexivo e crítico, o qual leva em consideração as experiências dos sujeitos que de fato estão implicados com o patrimônio comunitário (estudantes, bolsistas e professores, bem como as demais pessoas que configuram a comunidade escolar).

Tocantins é um estado diverso em sua composição, considerando ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Quantos às etnias, podemos citar “Javaé, Awa Canoeiro, Tuxá, Krahô-Kanela, Karajá, Krahô, Xambioá, Kanela, Xerente, Apinajé, Fulni-ô, Pankararu, Guarani, Karajá da Ilha, Warao”<sup>6</sup>, totalizando mais de 20 mil indígenas no Censo de 2022. Quanto aos quilombos, 42 territórios são certificados pela fundação palmares, contudo, 49 territórios já são reconhecidos como comunidades remanescentes<sup>7</sup>.

4 O Subprojeto de História da UFT possui dois núcleos. No presente caso trata-se do núcleo que tem como Coordenador de Área o Prof. Alexandre Borges, e como Supervisor o Prof. Kássio Lira Oliveira.

5 A saber: I - O direito à educação; II - A educação integral; III - O compromisso social e valorização dos profissionais da Educação; IV - A gestão democrática do ensino público; V - Práticas sociais e cidadania; VI - Respeito e valorização das diversidades étnicas e raciais e de gênero; VII - Educação em direitos humanos. Disponível em [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29052024\\_Edital\\_2386922\\_SEI\\_2386489\\_Edital\\_10\\_2024.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29052024_Edital_2386922_SEI_2386489_Edital_10_2024.pdf)

6 Disponível em: <https://www.to.gov.br/sepot/povos-originais/2p7dq0neohi8>

7 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>





Tais especificidades, inseridas no contexto da Amazônia Legal, apontam desafios ao Subprojeto de História (Pibid/UFT), entre eles o justo entendimento e articulação dessas especificidades históricas e culturais com propostas de ensino e aprendizagem que fomentem uma educação problematizadora frente à esta diversidade que retrata tanto o público discente que compõe o Pibid, quanto estudantes e professores supervisores oriundos das escolas parceiras.

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada pelo Subprojeto de História tem como eixo central a Educação Patrimonial. Contudo, vale frisar que as atividades são realizadas a partir das demandas do cotidiano escolar, tanto referente aos conteúdos previstos pelos currículos quanto pelas iniciativas de intervenção do Pibid acerca de temáticas pertinentes ao ensino de História, levando em consideração a diversidade e a pluralidade cultural local.

Acerca da Educação Patrimonial, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.4) afirmam que:

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Tais evidências e manifestações são apontadas pelos próprios estudantes da escola parceira, em diferentes níveis e turmas. Contudo, as atividades do Pibid buscam problematizar e aprofundar noções que envolvem uma linha de trabalho que articulam, respectivamente: (re)conhecimento; valorização; pertencimento e salvaguarda. Esse trabalho é balizado por leituras prévias acerca do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial entre os bolsistas pibidianos, para então ser traduzido em ações práticas e pedagógicas com os estudantes da escola.

Acerca do conceito de patrimônio cultural, por sua vez, Grunberg afirma que:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e





necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. (2007, p.4)

Nesse sentido, compartilhamos da perspectiva dinâmica do patrimônio, que se desloca referente ao seu sentido a partir do que se compreende no presente. As (re)significações proporcionam releituras capazes de aproximar os mais jovens aos elementos históricos que compõem o trajeto de vida desses sujeitos na própria comunidade.

Oliveira (2022) observa que a definição de patrimônio cultural, a ser utilizada como ferramenta capaz de facilitar, propiciar e melhorar a relação ensino-aprendizagem, deve apresentar-se a mais democrática e abrangente possível, sem necessariamente estar presa às dimensões oficiais de preservação. Assim:

as próprias comunidades podem definir aquilo que consideram como representativo do seu passado, da sua memória, da sua história, portanto, do que lhes confere identidade, e que podem também definir uma ação de conservação. Isso não exclui a possível colaboração dos órgãos de proteção como agentes conhecedores dos trâmites oficiais e com experiência acumulada nessas ações (Id., 2022, p.23).

Partindo desses conceitos, o planejamento e execução das atividades nas escolas foi uma maneira de reforçar os estudos de História a partir do eixo patrimonial, que “possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (Horta; Grunberg e Monteiro, 1999, p.4).

O Centro Histórico de Porto Nacional foi escolhido enquanto objeto e espaço de estudo, por se tratar do segundo município do estado com um centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008. Esse centro histórico preserva um espaço de construções históricas e arquitetônicas que retomam períodos coloniais da história brasileira (Balsan; Feitosa, 2017, p. 89), entre os quais ressaltam-se obras como:

Catedral Nossa Senhora das Mercês, 1894 e 1903; o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional, construído entre 1921 e 1923; a Praça Nossa Senhora das Mercês, datada de 1949; o Caetanato, construído em 1904; o Seminário São José; os casarões e as ruas históricas, que trazem apelidos característicos de sua origem (Nascimento, 2014, apud Alencar, 2021).





Como explica Oliveira (2022, p.21) “As práticas, as atividades de aprender vendo, aprender experimentando, aprender vivenciando, provocam marcas duradouras, transformando o patrimônio cultural em produtor de identidade e de pertencimento”. Desse modo, a opção pelo Centro Histórico motivou-se também por ser este um espaço de visitação, que possibilita o aprendizado por meio da experiência, observação e da vivência, fora do ambiente formal da escola. Além disso, trata-se de um local com o qual os discentes possuem, em maior ou menor grau, certa familiaridade.

Nessa continuidade, o núcleo está atuando na escola ativamente desde o início do ano de 2025, período em que realizamos oficinas sobre “Tipos de Patrimônio”, “Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena”<sup>8</sup> e a aplicação de um jogo educativo sobre povos quilombolas do Tocantins. As recentes práticas desenvolvidas na unidade escolar, como o passeio Geo-Turístico oferecido pela Secretária da Cultura pelo Centro Histórico de Porto Nacional e o planejamento de uma sequência didática, foram demonstrados como continuidades das atividades do semestre 2025/01.

Desse modo, as experiências vivenciadas, ancoradas na Educação Patrimonial, revelam o potencial do patrimônio cultural enquanto fonte de conhecimento e construção identitária. Ao integrar teoria e prática, a iniciativa reafirma que aprender História é também compreender os espaços que habitamos, reconhecer as vozes que nos antecederam e fortalecer os vínculos com o território que nos constitui.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o desenvolvimento do Subprojeto, em andamento, podemos ressaltar como resultados e discussões o conjunto de atividades teórico-práticas realizadas na escola Irmã Aspásia nesses últimos meses, que configuram um relatório.

As reuniões na escola campo foram iniciadas em março de 2025, totalizando três encontros semanais até a execução da primeira oficina, intitulada “Tipos de Patrimônio Histórico Cultural”, realizada em 24 de abril com os alunos do 9º ano. O objetivo desta atividade foi trabalhar, de maneira introdutória, o conceito de patrimônio e seus diferentes

---

<sup>8</sup> O Subprojeto de História, para o atendimento das particularidades que emergem da diversidade étnica, bem como dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) está comprometido com a aplicabilidade das leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-brasileira e indígena no âmbito educacional.



tipos, tanto material quanto imaterial, e apresentar exemplos existentes no âmbito regional, - como a Catedral Nossa Senhora das Mercês, os Sítios Arqueológicos tocantinenses, o trabalho artesanal das Bonecas Karajá, etc. - visando estabelecer proximidade entre o conteúdo e a realidade dos discentes.

Na prática, inicialmente, solicitamos aos alunos que dialogassem e discorressem sobre o que entendiam sobre patrimônio de modo geral, sua definição e também exemplos do seu dia a dia, a fim de apreender seu conhecimento prévio a respeito do tema. As falas mais recorrentes dos alunos foram de que patrimônio correspondia a “coisas antigas” e “objetos do passado”, sendo possível constatar que compreendiam patrimônio sobretudo como algo associado estritamente à materialidade.

Oliveira (2022) salienta que quando se trata de estudantes do ensino Fundamental II, podemos recorrer a abordagem de patrimônio imaterial, “pois a esses é ensinado e cobrado o pensar abstratamente, que a função do patrimônio não se encerra em sua materialidade, mas encontra-se também para além dela” (p.31). Embora o autor esteja se referindo ao uso do livro didático de História como recurso para o ensino da temática, e tenhamos optado pela utilização de slides devido às possibilidades ilustrativas de imagens (considerando também que se tratava de uma oficina introdutória), foi importante trabalhar também sobre patrimônio imaterial, pois a partir desse exercício, os discentes puderam ampliar sua percepção e contribuíram com outros exemplos de suas realidades, ao entenderem que o patrimônio cultural vai além do tangível

Nessa continuidade, destacamos outra oficina aplicada no 9º ano, que consistiu em uma dinâmica de perguntas e respostas sobre a temática “Comunidades Quilombolas do Tocantins”. Essa atividade foi dividida em três etapas, às quais dedicamos cerca de três encontros para planejamento. Na primeira, realizamos o levantamento bibliográfico, com pesquisas na *internet* e na biblioteca escolar, acerca do tema de culturas afro-brasileiras e comunidades quilombolas do Tocantins sob o eixo de patrimônio imaterial, com a finalidade de desenvolver um material a ser utilizado como recurso didático para trabalhar previamente o tema com a turma, elaborado com base nos livros “Minha África brasileira e povos indígenas 9º ano” e “Minha África brasileira e povos indígenas 2º série”, disponibilizados e recomendados pelo professor supervisor.







A segunda etapa consistiu na aplicação do conteúdo em sala de aula, no dia 02 de junho de 2025, com foco nos conceitos de quilombo, quilombolas e racismo, englobando as diferentes variações deste preconceito, como racismo interpessoal, religioso e recreativo.

A oficina foi executada na terceira etapa, como uma continuação do material abordado na turma. Nesse dia, chegamos com antecedência para organizar o material da atividade, o que envolveu dobrar, cortar e organizar, em recipientes separados, as fichas com as questões e desafios. A escola disponibilizou o material do jogo de “Torta na Cara”, que consistia numa pequena bancada com dois botões, mecanismo que facilitou no controle da dinâmica, pois a principal regra estabelecia que a equipe mais ágil responderia primeiro.

A primeira observação a ser feita é que os discentes estavam mais agitados que o normal, o que dificultou nossa explicação sobre o funcionamento e as regras da atividade. Além disso, nesse momento inicial, o professor supervisor precisou se ausentar, o que tornou ainda mais difícil conseguir a atenção dos alunos e gerenciar a turma, composta por quase 40 estudantes. Mesmo com esses desafios, passamos as orientações necessárias sobre a dinâmica, e logo começamos a dividir a turma em grupos. Ao deixar a decisão de divisão de grupo livre, percebemos que os alunos se separaram em grandes grupos: um composto inteiramente pelas meninas, e o outro formado pelos meninos. O resultado disso foi uma competitividade exorbitante baseada nos gêneros, mas ambos os grupos apresentaram o mesmo empecilho: boa parte dos alunos estavam com receio e se negaram a participar das partidas, ao passo que uma minoria de cada equipe se dispôs a participar repetidas vezes para cobrir essa lacuna.

Como forma de incentivar os alunos, o professor supervisor estabeleceu um prêmio aos alunos que vencessem a competição, algo que não estava em nosso planejamento inicial, já que em nossa experiência como pibidianas de outro edital, isso acabou não dando certo. Os alunos ficaram mais agitados e competitivos do que esperávamos e para que a dinâmica não fugisse totalmente do controle, precisamos pedir ao professor que fizesse uma intervenção. Embora não estivesse em nossos planos, entendemos que cada turma apresenta singularidades, e possivelmente sem uma compensação, os alunos não se teriam se interessado pela atividade, pois mesmo os que não estavam participando das perguntas e desafios, estavam engajados na torcida.

Ao término da competição, o grupo das meninas venceu. Contudo, optamos por não bonificar somente as meninas, e fizemos uma distribuição de doces para toda a turma, dando





uma quantidade a mais aos alunos que mais participaram das rodadas de perguntas e desafios. Foi a forma que encontramos de não tornar o ambiente opressivo para os alunos que não venceram, assim como incentivar os demais discentes a participarem das próximas atividades.

De modo geral, apesar das dificuldades pontuadas, consideramos que a oficina foi bem sucedida, pois constatamos que a maioria das respostas atendeu nossas expectativas, e que os desafios solicitados foram realizados de maneira criativa, o que indicou que o material preparado e aplicado na sala de aula foi útil, mas que os discentes também estavam se divertindo.

Embora tenha ocorrido no segundo semestre de 2025, consideramos relevante destacar o passeio Geoturístico no centro histórico da cidade, realizado em 22 de agosto de 2025, sob instrução dos guias Jorge Luís Medeiros, Professor e Mestre do Instituto Federal do Tocantins, e Osvaldina Fonseca de Sá, Professora e moradora do centro histórico. Também contamos com a supervisão do professor Kássio Lira Oliveira e de outros professores da escola campo.

Por se tratar de uma atividade fora do ambiente formal escolar, o professor supervisor optou por trabalharmos com a turma do 13.01 do Ensino Médio, tanto pela faixa etária quanto pelo número de alunos, que era menor do que na turma do 9º ano, por exemplo, facilitando o fluxo da atividade.

O passeio se iniciou na praça central, onde ficava localizado o antigo coreto em frente à Catedral Nossa Senhora das Mercês. Durante o momento de acolhida inicial com os alunos ouvimos uma apresentação musical autoral da Profa. Osvaldina. Em seguida, ouvimos seu relato oral enquanto uma moradora local a respeito das possíveis razões para a nomeação das principais ruas, além das características arquitetônicas dos casarões e as relacionando com elementos de desigualdade social, racial e de gênero.

Em continuidade a exposição da Profa. Osvaldina, a praça foi o próximo objeto de discussão, onde aprendemos sobre figuras religiosas como Dom Alano e Padre Luso (ambos homenageados nas dependências da praça), o local também foi o cenário de uma das mais famosas lendas locais, como a da cobra Boiúna, que estaria enterrada no centro da praça e uma vez que saísse de lá, inundaria toda a cidade. Nesse cenário, a transmissão oral feita pela Profa. Osvaldina foi importante para assegurar a preservação dessa lenda local através das







gerações, bem como reforçar o pertencimento identitário dos alunos enquanto sujeitos portuenses.

Durante todo o momento de exposição a maioria dos alunos se manteve contida e atenta, ouviram todas as histórias e embora não tivessem se manifestado oralmente, mantiveram a atenção na professora, acenando com a cabeça e tirando fotos.

Depois do momento na praça, seguimos até a Catedral Nossa Senhora das Mercês, na qual a Profa. Osvaldina se prontificou a explicar sobre os aspectos arquitetônicos e históricos da Catedral, que apresentava colunas e arcos arredondados remontando um estilo românico. O Prof. Jorge também complementou, fazendo perguntas aos alunos a respeito do tipo de arquitetura do local, que anteriormente haviam explicado se tratar de uma arquitetura românica, inspirada no estilo francês de Toulouse. Felizmente uma das alunas trouxe essa resposta, indicando que alguns da turma estavam atentos à exposição.

A parada seguinte foi o Casarão Padre Luso, onde fomos cordialmente recebidos pelos responsáveis do local. A guia Isabela Mateus apresentou as principais estruturas do lugar, que contava com uma lanchonete, uma loja temática de artigos religiosos, um acervo com itens cotidianos da residência do Padre, que remontam ao século XX, como máquinas de costura e de datilografia, ferro de passar a vapor, toca-fitas, rádio entre outros, e um memorial em respeito a essa figura emblemática. Contudo, o que chamou mais atenção logo no início, foi o busto em tamanho real do Padre, inaugurado em 12 de novembro de 2024, doado por um devoto como uma homenagem ao sacerdote.

O próximo ponto do passeio foi o Caetanato, um patrimônio edificado conhecido como a primeira sede do Colégio das Irmãs Dominicanas, e onde atualmente se encontram sediadas tanto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo quanto a Comsaúde (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação), uma ONG filantrópica fundada em 1969 pelos médicos paulistas Dr. ° Eduardo Manzano e Dra.ª Heloísa Lotufo Manzanopor. Esse momento contou com uma exposição da Profa. Osvaldina sobre o prédio em questão e os aspectos históricos ao seu entorno, principalmente sobre os impactos da construção do lago e da orla sobre a população local, que dependia do rio para sobreviver.

Ademais, o passeio prosseguiu rumo ao Seminário São José, onde fomos recepcionados por dois jovens seminaristas. A edificação foi construída entre 1911 e 1913, e apresenta aspectos românicos “feita toda em adobe, coberta com telha de barro e piso de



ladrilho. Internamente possui um claustro com inúmeros compartimentos” (Ribeiro, 2021, p.42). A princípio, os alunos estavam um pouco dispersos e agitados, de modo que foi necessário que os professores da escola chamassem a atenção deles pois o silêncio era crucial na rotina dos seminaristas, que estavam em aula, rezando, e realizando outras tarefas diárias que exigiam concentração.

O passeio incluiu uma visita a capela, onde seminaristas realizaram uma exposição acerca das atividades que realizavam no local, abrindo o momento para sanar as questões apresentadas pelos alunos e professores. Em seguida, visitamos uma das salas de aula, onde uma professora lecionava português para alguns seminaristas, mas se dispôs a nos receber e falar um pouco sobre sua vida enquanto freira e docente do Seminário.

O passeio encerrou-se no Casarão da família Pedreira, uma edificação construída por volta de 1854, pelo imigrante português Frederico José Pedreira. Com paredes feitas de adobe, cobertura em telha colonial, um corredor central, e uma planta em formato de L (Ribeiro, 2021, p.43), o Casarão atíça a curiosidade de visitantes, não apenas pela sua arquitetura e tamanho, mas por ser um local em que residiram tanto os proprietários, nesse caso os senhores, quanto pessoas escravizadas. Devido ao estado físico e aos atuais donos, não foi possível entrar e visualizar a parte interna do recinto, no entanto, como demonstrou o Prof. Jorge, na parte de fora é possível observar características estruturais da obra que refletem a hierarquia e a desigualdade social desse período.

Nossa mais recente atividade se encontra em fase de planejamento, e corresponde a uma sequência didática intitulada “O que as casas contam sobre Porto Nacional?”, prevista para ser aplicada na escola até o mês de dezembro do corrente ano, que visa promover uma reflexão crítica sobre as relações entre arquitetura, memória e desigualdade social, tomando o espaço urbano e o patrimônio local como objetos de estudo. A proposta será executada com a turma 13.01 do E.M, e estrutura-se em etapas que articulam sensibilização, pesquisa histórica, análise crítica e produção artística, de modo a integrar o ensino de História com a Educação Patrimonial.

O projeto inicia-se com um momento para problematização, no qual os alunos são incentivados a observar imagens de diferentes tipos de habitação, como casarões coloniais, senzalas, cortiços, mansões e favelas etc., e a refletir sobre quem vivia nesses espaços e o que as formas arquitetônicas revelam a respeito das relações sociais de cada época.





No segundo momento, a proposta avança para uma etapa prática, onde os alunos serão divididos em grupos temáticos voltados para questões como sexismo, desigualdade social e racismo. A análise de plantas e fachadas é utilizada como recurso para demonstrar de que modo a arquitetura reflete e reforça relações de poder, evidenciando, por exemplo, a separação entre os espaços destinados à elite e aos trabalhadores, bem como a feminização de áreas como cozinhas e lavanderias. Como atividade prática propomos uma reprodução de plantas simplificadas em cartolina, nas quais os estudantes marcam com cores diferentes os espaços de segregação, como as áreas destinadas a empregados, senhoras e membros da elite.

A terceira fase propõe um aprofundamento teórico e investigativo por meio da pesquisa histórica. Nela, cada grupo deve desenvolver pesquisas, principalmente voltadas para imagens, documentos, relatos e registros fotográficos da própria cidade. O produto final desse momento, seriam painéis de pesquisa ilustrados, contendo o conteúdo pesquisado pelo grupo.

Na sequência, entraremos em um momento de produção material onde a partir dos conhecimentos históricos e arquitetônicos construídos ao longo do processo, os alunos serão convidados a recriar, seja por meio de maquetes, colagens ou desenhos, representações de casas e casarões que expressem tanto a segregação e as desigualdades do passado quanto possibilidades de transformação.

As etapas finais da sequência são voltadas à organização e culminância do projeto, a fim de participar da exposição a ser realizada na “Feira de Conhecimentos”, em que as turmas finalizam suas produções e preparam as apresentações públicas dos trabalhos desenvolvidos com os professores. Assim, a exposição poderá reunir os resultados das diferentes fases (painéis, mapas, maquetes e textos reflexivos) e constitui o ponto alto da proposta pedagógica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do subprojeto de História no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) evidenciou que o trabalho com a Educação Patrimonial é um caminho eficaz para tornar o ensino de História mais conectado à realidade dos estudantes. As experiências aqui expostas mostraram que quando os alunos são levados a vivenciar o patrimônio, seja por meio de oficinas, atividades lúdicas e visitas guiadas, ocorre uma





ampliação de sua compreensão a respeito do papel desempenhado pela memória, cultura e da identidade na formação das sociedades, especialmente a sua.

Outrossim, as ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento da formação inicial docente, pois os bolsistas do PIBID puderam enfrentar e contornar os desafios concretos do cotidiano escolar. A experiência revelou a importância da sensibilidade pedagógica mediante as diferentes realidades culturais e sociais dos estudantes ao mesmo tempo articulando a necessidade de consolidar práticas que valorizem a diversidade e as identidades regionais.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Genias Brandão de. Plataforma GeoPorTOur: inovação tecnológica aplicada à educação patrimonial em Porto Nacional–TO. 2021. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, 2021.

BALSAN, Rosane; FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. O patrimônio cultural brasileiro: uma abordagem centrada na cidade de Porto Nacional – TO. *Revista Interface* (Porto Nacional), [S. l.], n. 13, p. 88–101, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/4414>. Acesso em: 4 out. 2025.

BALSAN, Rosane; RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes (org.). *Roteiro Geo-turístico em Porto Nacional: Reflexões de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Palmas: Eduft, 2020. 146 p.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O aprendizado da História por meio do patrimônio cultural. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 19-33, jan./mar. 2022.

RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva. *O projeto Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional–TO: um instrumento de educação patrimonial*. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado





em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, Porto Nacional, 2021.

